

## QUE PAÍS SOMOS NÓS? MARCAS DE UM VELHO CAPITALISMO REATUALIZADO

O periódico *Oikos: Família e Sociedade em Debate*, em seu volume 35, número 2, de 2024 nos convida a refletir sobre as diversas faces da sociedade capitalista, através da arte, da violência contra a mulher, das gerações, das velhices, da gerontofobia, do trabalho, da aposentadoria, do neoliberalismo, das políticas públicas e sociais, da transformação digital, da segurança alimentar, da saúde e do consumo.

As discussões proporcionadas pelos artigos nos provocam ao árduo exercício de pensarmos o Brasil que somos, reconhecer um passado tão insistente na contemporaneidade, a exemplo dos modos de sua gente ser e estar nesta nação desde a sua construção, cujas marcas se expressam nas particularidades conservadoras, patrimoniais e autoritárias das relações entre as classes sociais.

Nada mais instigante e inspirador do que começar pela arte, a qual chega antes da academia, tem o poder de nos elevar desse estado de coisas que nos encontramos, para a dimensão da genericidade humana, uma vez que, ao contrário da ciência, ela não fragmenta, mas descortina os dramas humanos e outras esferas da vida, possivelmente por ser o espelho desta.

Nesta direção, é oportuno observar a permanência de um projeto “civilizador”, transformado em retratos-denúncias pelo pintor Debret, no século XIX, especialmente em torno da violência contra a populações originárias e escravizadas, além da realidade sociopolítica e geográfica. São imagens que não raramente nos surpreendem e nos indignam, por conectarem com as expressões da questão social em curso.

Quer dizer, a questão social compreende as relações que formam a sociedade hetero-patriarcal-racista-capitalista, constitutiva do processo de organização e divisão do trabalho, ou seja, processo de exploração e opressão. É imprescindível destacar que nesta estrutura são as mulheres que garantem a reprodução social, funcional para a lógica de produção e reprodução do capital ou em outras palavras, o capitalismo vislumbra que a mulher está disponível e, muitas vezes, sem reciprocidade, resultando na desigualdade de gênero, sobretudo quando se trata da mulher negra.

Dito isto é imperativo lembrar que sexismo e racismo são determinações incontornáveis para compreender a história da classe trabalhadora brasileira, uma história que ainda precisa ser contada, como bem reivindicava Clóvis Moura. Mulheres enfrentam violências não só físicas, mas de política de gênero, estupro como arma de guerra... oriundas do machismo, que discrimina, submetendo-as a um lugar inferior. Para exemplificar, convém citar o “Relatório Mulheres, Empresas e o Direito”, divulgado pelo Banco Mundial, em 2019: O Brasil está no 70º. lugar no índice que calcula a diferença de gênero no tratamento jurídico.

Infelizmente, ainda há outros *rankings* assustadores como feminicídio, desigualdade salarial, somados a posturas machistas. Conforme Florestan Fernandes analisava, o Brasil não rompeu com os laços coloniais, sofremos a continuidade de um passado extremamente brutal sob novas roupagens. Tal cenário está gritando que, para envelhecer com dignidade, independentemente de ser mulher ou homem, urge lutar e parar de encobrir que tudo o que está acontecendo não nos diz respeito, principalmente quando defendemos um horizonte anticapitalista.

Sim, porque no modo de produção capitalista velhos e velhas são desprezíveis, um desvalor, pois não geram lucro. Como seria uma sociedade sem que a vida não fosse valorizada como mercadoria descartável? A ideologia capitalista voltada ao valor trabalho coloca aposentados e aposentadas na condição de pessoas improdutivas, um marco tão forte quanto à chegada da velhice, condição esta também contraditória com o mercado economicamente produtivo: a população idosa passa a ser um estorvo, sendo-lhe reservados papéis de menos-valia.

Vivemos numa sociedade onde a velhice não foi pensada no mundo do trabalho nem tampouco na escola, sendo tratada, pois, como algo alheio e distante. Cabe pensar o mundo moderno como um contexto que por sua modernização e alcance tecnológico, alterou a realidade do envelhecer, agora, prolongado em termos da expectativa de vida de diferentes sujeitos sociais, dando origem a uma nova ordenação do envelhecimento, fato que passa a demandar exigências econômicas, sociais e políticas as mais diversas.

É importante perceber que muita coisa mudou, os velhos e as velhas de hoje são diferentes da geração de 50 anos atrás, por exemplo. Porém, ainda prevalece no imaginário social, a velhice como sinônimo de patologia, sem que se presuma a heterogeneidade deste segmento. Sofrem várias discriminações, mas é imprescindível de que sintam pertencentes, colaborativos/as e participativos/as do seu contexto social. Daí, a inclusão digital é crucial nos tempos atuais, pois possibilita oportunidades de desenvolvimento nas diversas dimensões da

existência humana. Enquanto as imagens estereotipadas forem fortalecidas e acreditadas, serão reforçados os preconceitos e a exclusão da velhice.

E por falar em representações, existe uma expectativa motivada pelo nosso contexto sociocultural de que a família deve ser responsável pelo cuidado, o que é reforçado legalmente, a exemplo da Constituição Federal de 1988, da Política Nacional do Idoso de 1994 e do Estatuto da Pessoa Idosa de 2003.

Entretanto, é impossível para uma família sem as devidas condições financeiras em assumir esta obrigação, sem a assistência por parte do Estado, uma vez que na atual conjuntura brasileira, frente à consolidação da perspectiva neoliberal, as famílias vulneráveis veem enfrentando, arduamente, a atenção preconizada pela chamada “Constituição Cidadã”.

Observamos uma visão idealizada e romântica da família – ela é vista como instituição natural de aconchego e cuidado, discurso afirmado incessantemente pelas políticas públicas, apesar de os fatos mostrarem o contrário, como as notificações sobre violência contra todos os segmentos – crianças, adolescentes, mulheres, velhos e velhas, sobretudo, agressões físicas e ameaças perpetradas por seus familiares.

Por isso, mediante o reconhecimento de que nem todas as famílias são iguais, não ocupando, necessariamente um espaço de carinho e proteção e, mesmo havendo afetividade, mas num cenário de extrema pobreza, há que se pensar também na impossibilidade desta em assegurar o devido suporte aos seus membros.

É para este panorama que urge a primazia do Estado na condução das políticas públicas e sociais, de modo a não legitimar nem tampouco estimular a volta da filantropia para resolver a questão da desigualdade no apelo à solidariedade social. Esse seria um tratamento despolitizado e de um grande retrocesso depois dos avanços e conquistas advindos da nossa Constituição cidadã no que remete aos direitos sociais.

Em vista disso, é precipitado julgar a família pela institucionalização e, a respeito das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), os chamados asilos, estes são alvos de forte preconceito por parte da sociedade brasileira, perspectiva merecedora de uma reflexão maior, pois da mesma forma que nem todas as famílias são iguais, as ILPIs também não são.

É crucial também refletir sobre como o fato da população está vivendo mais, repercute na forma de como o Brasil se organizou e vem se estruturando para ser um país de velhos/as, posto que, não basta tão somente abreviar a morte, mas é mister atender as demandas no âmbito das políticas públicas diante desta nova configuração, haja vista que, hoje,

diferentemente de outrora, a atenção à população idosa só pode e deve ser viabilizada na perspectiva dos direitos, negando pois, o assistencialismo, o qual, infelizmente, revela o começo da história da proteção à velhice brasileira.

O que acontece com quem não possui recurso nem família? Aqui se manifesta a perversa lógica do mercado, com a premissa de que cada pessoa é responsável por si, raciocínio que pode ser relacionado à “cultura da crise”, explicada Elizabeth Mota para justificar a ideologia neoliberal, no que concerne à formação do cidadão-consumidor, notadamente marcada pela naturalização das desigualdades sociais.

O Estado neoliberal legitima o argumento de que o mercado deve ser primordial na regulação da economia e das necessidades de consumo da sociedade. Nessa pareceria com os empresários, resta à classe trabalhadora o Estado mínimo (máximo para o capital) que, caracterizado pela defesa de um cidadão-consumidor, agiliza o desmonte das garantias sociais, dos direitos da assistencialização da pobreza, somado a uma conjuntura de desemprego estrutural, desigualdade e discriminação contra os grupos minoritários (mulheres, negros/as, indígenas, jovens, velhos/as, LGBTQIA+...) com impactos desastrosos nas condições de vida e de trabalho das pessoas mais pobres. Um Estado que mercantiliza a vida e desqualifica as diferenças para respaldar as desigualdades não serve para a maioria da população.

Como se percebe, um contingente expressivo ficará excluído, caso a mercantilização seja a única opção em detrimento um sistema e proteção social mais inclusivo. A ideia de que somos menos pobres é um equívoco. Na verdade, estamos menos pobres para comprar aparelhos celulares, mas paupérrimos na justiça, educação, saúde... Melhor reduzir a velocidade que produzimos coisas e desmercantilizar a sociedade, tudo é transformado em mercadoria. É premente um Estado com mais sentido público, que represente as classes populares e mais garantidor dos bens comuns a partir das nossas práticas sociais.

E para responder a pergunta que intitula este editorial, convém, ainda, questionar a frase da nossa bandeira nacional: qual ordem? Qual progresso? “Brasil, qual é a tua cara?” A vida vivida nos leva a contestar a música que o exprime como um “país que canta e é feliz”, porque, lamentavelmente, é marcado pelo encarceramento e genocídio da população preta e periférica, e dentre tantas de suas contradições, um dos maiores produtores de alimentos do mundo, mas diante do problema da insegurança alimentar.

Por fim, os artigos, de uma forma geral, suscitam repensar o sustento da existência, os nossos conceitos de bem viver e de bem-estar, algo impossível na ordem do capital, pois neste modelo a acumulação é infinita, portanto, não existe consumo consciente, de modo que a obsolescência programada é a grande tônica, como se a natureza fosse uma fonte inesgotável. Que o conhecimento crítico seja instrumento para reinventarmos um novo modo de vida!

Adriana de Oliveira Alcântara<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Professora do Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP-UFC). Doutora em Antropologia Social (UNICAMP). E-mail: alcantara2002@yahoo.com.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4590-7509>.